



A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR: importância do setor artesanal de laticínios para as famílias rurais seridoenses

Francisco Fransualdo de Azevedo
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Celso Donizete Locatel
Universidade Federal de Sergipe

Resumo

Há mais de um século a região do Seridó Potiguar produz artesanalmente diversos derivados do leite, merecendo destaque os queijos do tipo coalho e de manteiga, doces, nata, coalhada, manteiga fundida, biscoitos, bolachas, dentre outras iguarias da culinária regional. Não obstante os problemas que o setor tem atravessado, a exemplo das dificuldades relacionadas ao mercado, às questões sanitárias e de ordem financeira, a atividade se constitui numa importante estratégia de reprodução camponesa no espaço semi-árido potiguar, especialmente para uma parte das famílias rurais seridoenses. A região dispõe de mais de 300 unidades artesanais de laticínios, denominadas queijeiras, e emprega direta ou indiretamente aproximadamente 2000 pessoas. Dessas unidades, algumas existem há mais de cem anos, com contigüidade a partir das atuações de três gerações de uma mesma família camponesa. A pecuária leiteira e, por conseguinte, a produção artesanal dos derivados do leite, bem como os próprios subprodutos lácteos gerados, já fazem parte das representações simbólicas e culturais seridoenses, pois constitui em boa medida os hábitos, valores e costumes alimentares da população dessa região, mesmo que esta não resida neste espaço atualmente. Além de empregar mais mão-de-obra que outras atividades econômicas importantes da região, como por exemplo, a indústria cerâmica, a mesma não depreda tanto os recursos naturais regionais, que já são escassos, a exemplo da lenha e outros. A atividade também serve sobremaneira para fixar o homem no campo, além de contribuir com a preservação da cultura local. Nesse contexto, o presente trabalho visa a discutir a importância do setor artesanal de laticínios para as famílias rurais seridoenses, observando sua relação com a cultura local e regional, bem como seus avanços e dificuldades num mundo marcado pela competitividade dos mercados, acirrada com o atual processo de globalização. Trata-se de uma análise bibliográfica, mas também documental e empírica, a partir da realização de entrevistas e observações junto aos atores envolvidos com a pesquisa, como queijeiros, criadores de gado, atravessadores etc.

Palavras-chave: reprodução camponesa; queijeiras; Seridó Potiguar.

Abstract

For more than a century Seridó Potiguar's area produces by hand several derived of the milk, being given prominence to the cheeses of the type clot and butter, sweet, cream, curdled milk, melted butter, cookies, crackers, among other delicacies of the regional cookery. Notwithstanding the problems that the section has gone through, for instance the difficulties related to the market, the sanitary and financial issues, the activity is an important strategy of country reproduction in the potiguar semi-arid space, especially for a part of the seridoenses rural families. The area disposes of more than 300 handmade units of dairy products, denominated cheese dishes, and it employs direct or indirectly around 2000 people. Some of those units exist for more than a hundred years, with contiguity starting from the actions of three generations of the same farmer family. The milk cattle-breeding, and consequently, the handmade production of milk derived products, as well as the very generated milky by-products are already part of the seridoenses symbolic and cultural representations, for they constitute in good measure the habits, values and alimentary habits of that area's population, even if nowadays they don't reside in such space. Besides using more labor than other important economical activities of the area, for instance, the ceramic industry, it doesn't depredate so much the regional natural resources, which are already scarce, for example the firewood and others. The activity also serves exceedingly to settle up the man in the field, besides contributing to the preservation of the local culture. In such context, the present work seeks to discuss the importance of the handmade section of dairy products for the rural seridoenses families, observing its relationship with the local and regional culture, as well as its progresses and difficulties in a world marked by the markets competitiveness, incited by the current globalization process. It is a bibliographical analysis, but also documental and empiric, starting from the accomplishment of interviews and observations together with the actors involved with the research, as cheese makers, cattle creators, sellers etc.

Key-words: country reproduction; cheese dairy; Seridó Potiguar.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a agricultura camponesa apresenta uma dinâmica social, econômica e cultural diferente da agricultura patronal. No modo de produção capitalista, o sistema financeiro e todo o aparato tecnológico que a ciência pode proporcionar ao desenvolvimento agrícola contempla essencialmente a agricultura mais capitalizada em detrimento da agricultura tradicional, dita camponesa.

No entanto, a agricultura camponesa não pode, nem deve ser sinônimo de atraso, rusticidade e abandono, pois esta apresenta em sua essência um forte valor cultural e um peso social significativo, tanto pelo número de pessoas envolvidas, que sobrevivem a partir desta, quanto pela diversidade e originalidade de produtos que gera.

No espaço semi-árido brasileiro, este tipo de agricultura apresenta uma dinâmica diferenciada da agricultura deste mesmo porte localizada no centro-sul do país. A região marcada por condições edafoclimáticas bastante complexas, em alguns casos com riscos de desertificação, como ocorre na região do Seridó Potiguar, a mesma apresenta dificuldades no sentido de se modernizar, bem como em adquirir um padrão de competitividade no mercado. No entanto, cabe destacar que nem sempre a modernização é necessária para o desenvolvimento de determinadas atividades; melhorias de algumas técnicas, nas condições sanitárias, sim, mas não necessariamente tecnificação e cientificização.

No Rio Grande do Norte, a agropecuária sertaneja seridoense apresenta um forte potencial econômico, tendo em vista a diversidade e a quantidade de produtos derivados lácteos, com uma qualidade *sui generis* no estado e no país. O setor artesanal de laticínios se apresenta como uma importante estratégia de sobrevivência para boa parte das famílias rurais da região, surgindo no interior desta toda uma teia de relações, verdadeiras redes sociais que definem, evocam e difundem a cultura desta sociedade.

Neste sentido, o presente trabalho visa a analisar e discutir a agricultura camponesa no espaço semi-árido potiguar, observando a dinâmica social, econômica e cultural do setor artesanal de laticínios que, através das queijeiras, se constitui numa importante estratégia de sobrevivência para a maior parte das famílias rurais seridoenses.

Além da revisão bibliográfica sobre o tema, o trabalho também desenvolve uma análise co-relacional, teórico-empírica, dos fenômenos observados na região do Seridó Potiguar, a qual apresenta riscos de desertificação em alguns municípios, tendo em vista, dentre outras coisas, os efeitos das ações antrópicas.

A pesquisa pauta-se ainda na realização de uma pesquisa de campo, a partir de visitas técnicas, aplicação de questionários, análise e tabulação dos dados e

informações obtidos. Inicialmente se fará uma breve discussão da história da agricultura, e seu lugar, no contexto das relações socioeconômicas prevalentes no modo de produção capitalista.

Mecanismos de sujeição da agricultura ao capital

Pode-se identificar dois processos distintos no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, em especial a partir da década de 1960, com o processo de modernização da agricultura, com seu caráter extremamente seletivo, tanto em relação a algumas regiões do país, como também por culturas e categoria de produtores. A seletividade deste processo que, por um lado, provocou o fenômeno denominado de industrialização da agricultura, alterou substancialmente as relações de trabalho, implementou um processo de tecnificação, estreitando as relações do setor agrícola com a indústria e com o setor financeiro e, por outro lado, causou o agravamento das desigualdades existentes no campo, como a não incorporação da maior parte dos produtores, culturas e regiões do país ao processo. No entanto, vale destacar que mesmo as parcelas que ficaram à margem do processo modernizante, foram por ela atingidas, pois o capital através, dos mecanismos de territorialização e de monopolização da circulação sujeita a agricultura a sua lógica de acumulação e reprodução.

No primeiro caso, o capital se territorializa nos segmentos mais vantajosos da agricultura, como o da cana-de-açúcar, que além de investir diretamente na cultura, também implanta agroindústrias processadoras, com uma ampla ligação com o setor à montante da agricultura, com o setor financeiro e de pesquisa, constituindo assim, o que se denominou de complexo agroindustrial (CAI). A constituição do CAI pode ser observada em outros segmentos agrícola, como por exemplo, o da laranja, da soja, entre outros, porém com características diferentes.

No segundo caso, o capital cria mecanismos para subordinar a atividade agrícola a sua lógica, monopolizando a circulação, porém, sem se territorializar. Isso se dá através do monopólio exercido na circulação das mercadorias agrícolas e de insumos. Os segmentos agrícolas com menor ocorrência da territorialização do capital são aqueles voltados para o mercado interno e se constituem em matérias-primas para a agroindústria e em alimentos para o consumo in natura. Esses segmentos apresentam-se mais descapitalizados, com menor incorporação de tecnologia ao processo produtivo. A exploração dessas culturas é realizada, comumente, nos estabelecimentos com menor dimensão, com o predomínio do trabalho familiar e com baixa incorporação de tecnologia ao processo produtivo.

Nos segmentos em que ocorre a territorialização do capital (os mais lucrativos) há o bloqueio ou redução da taxa de lucro industrial, enquanto que nos segmentos onde não há interesse do grande capital, predominando a pequena produção,

verifica-se a maximização da expropriação da renda agrícola através de mecanismos de controle da circulação, permitindo a monopolização da circulação pelo capital.

A monopolização da circulação pelo capital é possibilitada pela condição que o produtor campones, que predominantemente utiliza trabalho familiar, se insere no mercado. Para essa categoria de produtor, seja qual for a conjuntura do mercado, ela é obrigada a produzir, caso contrário, corre o risco de não sobreviver, contentando-se quando os rendimentos do seu trabalho propiciam-lhe a reprodução simples, o que nos permite atribuir-lhe um comportamento semelhante a um assalariado¹.

Para que haja a dominação do modo de produção capitalista no campo, não é necessário o investimento direto de capital, pois este, pelo mecanismo de controle do mercado, consegue extrair o sobretrabalho contido no produto e, assim, exercer a exploração sobre o trabalhador rural. Esse mecanismo de controle estabelecido com a subordinação da produção à circulação, segundo Oliveira (1981), é uma prática comum dos capitais comercial e industrial, através da qual sujeita a agricultura aos seus ditames².

Neste sentido, Martins (1981) observa que a grande empresa não expropria diretamente o lavrador, somente subjuga o produtor rural do seu trabalho, através da elevação dos preços dos insumos de que ele necessita para produzir e da manutenção em baixa dos preços pagos pelos produtos agrícolas, o que possibilita a transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital³.

A pequena produção mercantil, como ressalta Vergopoulos (1986), não tem como objetivo principal o acúmulo de seu valor. A condição de seu funcionamento não é a obtenção de um lucro médio e, por fim, o preço regulador não é igual aos preços dos fatores de produção. O autor ainda afirma que quando há o predomínio da pequena produção mercante na agricultura, o setor industrial drena quase todo o sobretrabalho agrícola, deixando apenas o equivalente para a reprodução da força de trabalho. Por outro lado, quando ocorre a territorialização do capital na agricultura, verifica-se o bloqueio de grande parte do sobretrabalho

¹ Martins (1981)

² A esse respeito VERGOPOULOS (1986, p. 132) destaca que “O MPC [modo de produção capitalista], em lugar de suprimir a propriedade fundiária, simplesmente ‘banalizou-a’. Exata situação, criando uma ‘troca desigual’, permitiu ao capital não apenas retomar a renda fundiária, porém, mais do que isso, instaurar uma espécie de *fluxo de renda ao inverso*: os lucros da agricultura são capitados pela indústria”.

³ Para OLIVEIRA “essa transferência de renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução” (1981, p: 23).

agrícola no próprio setor, que será convertida em lucro e sobrelucro para os empresários capitalistas.

Para não atribuir vida própria ao capital, deve-se lembrar que esse processo é implementado através de mecanismos que são elaborados pelos atores sociais envolvidos na produção. Assim, há que se considerar a atuação do Estado, com todos os seus componentes e extensão, os empresários da indústria e do setor de comércio, as instituições financeiras, de pesquisa, os grandes proprietários de terra e, por fim, com pouco poder de influência, os pequenos proprietários, produtores camponeses e os demais trabalhadores rurais.

Um aspecto importante é o papel desempenhado pelo Estado, sem o qual o setor urbano-industrial não exerceria tamanho domínio sobre a estrutura produtiva agrícola. Este domínio implica na pilhagem dos produtores diretos em favor de uma acumulação do capital urbano, que se dá através da redução dos preços dos produtos agrícolas, criando uma condição de troca desfavorável para o produtor rural, com financiamentos, quase compulsórios, do setor público para produção agrícola que, por um lado, beneficia o setor industrial à montante, que terão seus produtos consumidos e, por outro, o setor financeiro que consegue apropriar-se de parte da renda da terra através da cobrança dos juros dos empréstimos concedidos. Dessa forma, o Estado torna-se um agente ampliador da economia a serviço da acumulação⁴ (VERGOPOULOS, 1986).

Dadas as características da exploração agrícola camponesa e a sua inserção no mercado, propiciando a drenagem de grande parte da renda para fora da agricultura, graças a um conjunto de políticas públicas, é que esse tipo de exploração vem sendo mantida nas condições em que se apresenta no país, para facilitar a expropriação do sobretrabalho agrícola pelo setor urbano-industrial, já que a grande exploração apresenta alguns dificultadores para isso.

O que se verifica, na transferência da renda fundiária, com a intermediação do Estado que, através de sua ação, assegura ao capital apropriar-se da mais-valia excedente produzida no setor agrícola, sendo que essa apropriação da renda da

⁴ Para VERGOPOULOS “a acumulação do capital necessita não da ‘racionalização’ da agricultura, mas da **submissão** da agricultura à racionalidade do setor industrial; o que pode, eventualmente, ser combinado com certo grau de irracionalidade’ relativa da produção agrícola; conforme este ponto de vista, é sobretudo o pequeno agricultor que será **compatível** com um processo de pilhagem na agricultura, mais do que o grande proprietário fundiário” (1986, p. 105). O autor enfatiza ainda que “o Estado encarrega-se, através de complexa política adequada, de assegurar a transferência dos valores da agricultura para a indústria. Daí em diante, [...] o preço dos produtos alimentares é, verdadeiramente, um negócio de Estado. O Estado encarrega-se da regularização dos preços agrícolas em função dos imperativos do conjunto do sistema social, particularmente do MPC [modo de produção capitalista] urbano” (1986, p. 113).

terra ocorre de forma indireta, sem que ocorra a expropriação dos meios de produção⁵.

Observa-se ainda, que as ligações intersetoriais permitem que a riqueza produzida pelo agricultor que usa a terra de trabalho e não a utiliza para explorar o trabalho alheio, transfira-se para outros setores, sem que este perceba, através da renda que flui, disfarçadamente, para o setor industrial, para os bancos e para o capital comercial, favorecendo a concentração do capital urbano-industrial, com o incremento das taxas de lucro das grandes empresas, mesmo estas não estando fixadas territorialmente na região onde predomina esse tipo de agricultor.

O padrão agrícola imposto pelo processo de modernização da agricultura brasileira representa mais que a simples modificação na base técnica da produção, havendo a integração da agricultura aos segmentos industriais, financeiro, de transporte, de comercialização e outros serviços envolvendo o agricultor em uma rede de relações de interesses em que, de acordo com Delgado (1985), sobressai a participação do grande capital industrial e financeiro, do Estado e dos grandes e médios agricultores, o que possibilita enfatizar que tal processo foi geral, mas não se estende da mesma forma a todos os produtores, beneficiando apenas uma pequena parcela, deixando margem para se questionar até que ponto pode-se considerar a agricultura de uma dada região como moderna.

Diante dessa discussão, cabe-nos destacar que a maior parte do setor lácteo do Seridó Potiguar permaneceu à margem do processo de modernização e que a produção de queijos artesanal, desenvolvida basicamente por camponeses, está subordinada a lógica de reprodução ampliada do capital.

Inovação tecnológica e industrialização da agricultura

Historicamente, o progresso tecnológico na agricultura foi lento, em especial até a revolução Industrial, quando se observam grandes transformações. Até esse momento, a enxada e o arado romano representavam os meios mais eficazes de

⁵ Para VERGOPOULOS “a acumulação do capital necessita não da ‘racionalização’ da agricultura, mas da **submissão** da agricultura à racionalidade do setor industrial; o que pode, eventualmente, ser combinado com certo grau de irracionalidade’ relativa da produção agrícola; conforme este ponto de vista, é sobretudo o pequeno agricultor que será **compatível** com um processo de pilhagem na agricultura, mais do que o grande proprietário fundiário” (1986, p. 105). O autor enfatiza ainda que “o Estado encarrega-se, através de complexa política adequada, de assegurar a transferência dos valores da agricultura para a indústria. Daí em diante, [...] o preço dos produtos alimentares é, verdadeiramente, um negócio de Estado. O Estado encarrega-se da regularização dos preços agrícolas em função dos imperativos do conjunto do sistema social, particularmente do MPC [modo de produção capitalista] urbano” (1986, p. 113).

produção agrícola. Fatores como o desconhecimento técnico e a escassez de capitais impediam um progresso mais acelerado deste setor, de tal modo que a agricultura pré-industrial foi também denominada de pré-capitalista⁶.

A partir da Revolução Agrária (século XVIII), que precede a Revolução Industrial, as transformações passam a ocorrer de forma acelerada, rompendo definitivamente com a situação de atraso técnico observado até então. De fato, foi no século XIX que ocorreram mudanças significativas nas condições técnicas da agricultura, ainda que os avanços só se consolidaram no início do século passado e se generalizaram a partir da década de 1960 com a Revolução Verde⁷.

As transformações ocorridas no mundo agrário, impulsionadas pelas Revoluções Agrícola e Industrial, foram representadas por drásticas mudanças nas condições técnicas de produção. Esse processo foi mais evidente nos países europeus e norte-americanos. No entanto, com menor intensidade pôde-se observar reflexos desse processo nas condições técnicas de produção em atividades agrárias no Brasil, principalmente, no cultivo de café, quando se verificam grandes transformações com a criação de um setor de máquinas como secadoras e descascadoras para a produção cafeeira⁸.

O uso de máquinas e arados de tração mecânica na agricultura já no início do século XX, foi muito expressivo em países como EUA, França e Inglaterra. No Brasil, o processo de mecanização agrícola se manteve incipiente até a década de 1950, quando são implementadas políticas de incentivo a produção agrícola, com a importação desses bens de produção.

Juntamente com o processo de mecanização agrária ocorreu a incorporação de produtos químicos à prática agrícola, tanto para a nutrição das plantas, como para o tratamento de doenças e combate às pragas. Já, no fim do século XIX, o uso de adubos químicos era uma prática relativamente comum entre os agricultores europeus e norte-americanos⁹. No caso brasileiro, o uso desses produtos só se tornou expressivo a partir da década de 1950, situação similar a da mecanização.

A consolidação de um conjunto de técnicas modernas para a prática da agricultura só vai ocorrer com a chamada Revolução Verde, na década de 1960, impulsionando a incorporação crescente de máquinas, tratores, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos ao processo produtivo, buscando maximizar a produtividade. O elemento central da Revolução Verde foi a introdução de variedades de cereais híbridos de alta produtividade e resistência.

⁶ MOLINERO, 1990.

⁷ MOLINERO, 1990.

⁸ Ver MONBEIG, 1984.

⁹ MAROTO BORREGO, 1998.

Inicialmente esse processo consistiu na transferência de tecnologia no setor agrícola, seguido pelos setores de bens de produção e de capital para a agricultura. Pode-se afirmar isso, apoiando-se no fato de que o desenvolvimento das pesquisas, mesmo tendo sido realizadas em países subdesenvolvidos, foram financiadas e controladas por grandes corporações multinacionais, como por exemplo, o Grupo Rockefeller¹⁰. Além disso, toda a tecnologia no setor de tratores, máquinas e produtos químicos necessários ao cultivo dessas variedades (para que se tornassem mais rentáveis) tiveram origem nos países desenvolvidos.

Esse aspecto se converte em um problema de dependência tecnológica, ao qual se somam outros, o que permite críticas a esse modelo de desenvolvimento para a agricultura. Em primeiro lugar, as novas variedades de cereais requerem grande quantidade de adubos, principalmente nitrogenados. Este fato implicou, e ainda implica para muitos países, numa grande dependência das importações de adubos químicos, os quais têm que ser adquiridos com divisas geradas pelas exportações. Obter essas divisas se torna cada vez mais difícil, já que os preços das commodities no mercado internacional são cada vez mais baixos.

Por outro lado, as sementes destas variedades se degeneram, ou seja, não podem ser utilizados grãos colhidos como semente para a próxima semeadura, o que implica na sua reposição, obrigando o produtor a comprar novas sementes de empresas fornecedoras que estão ligadas as grandes multinacionais do setor agroalimentar¹¹.

É evidente que para uma conclusão sobre as conseqüências disso, seria necessário uma análise caso a caso, pois as características internas de cada país e

¹⁰ Para exemplificar, podem ser citadas as pesquisas de novas variedades de trigo híbrido que se desenvolveram no Centro Internacional para la Mejora del Maíz y del Trigo (CIMMYT), na cidade do México, com financiamento da Fundação Rockefeller, nas anos de 1950, onde também se produziu as novas variedades de milho, nos anos 1960 (GARCÍA RAMON, 1995, p. 102).

Juntamente com esse Centro, a organização de maior peso foi a International Rice Reserch Institute (IRRI), instalado em Los Baños, nas Filipinas, financiado pela Fundação Ford, que desenvolveu diversas variedades de arroz, a partir de 1962. Além do CIMMYT, no México e do IRRI, nas Filipinas, foram criados outras organizações para a pesquisa agrônômica, como o International Institute of Tropical Agriculture (ITTA), na Nigéria, o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), na Colômbia, dedicados a progrmas de melhoramento de cultivos tropicais (MOLINERO, 1990, p. 96).

A essas instituições tem que se acrescentar o Centro Internacional de Recursos Fitogenéticos (CIRF), em Roma; o Centro Internacional de Investigación Agrícola en las Zonas Secas (ICARDA), em Aleppo, Síria; o Laboratório Internacional de Investigación sobre Enfermidades Animales (LIIEA), em Nairobi, Kenia; O Servicio Internacional para la Investigación Agrícola Nacional, na Bélgica; e a Asociación para el Desarrollo del Cultivo del Arroz en el África Occidental (ADRAO), em Bovaké, Costa do Marfím. Todas essas institutos e alguns outros foram patrocinados pelo Grupo Consultivo sobre Investigación Agrícola Internacional (GICAI), criado na conferência de Bellagio, na Itália, em abril de 1971 (HAQUE, 1988, p. 12-15).

¹¹ GARCÍA RAMON, 1995.

região influenciam nos resultados obtidos com a incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde. No entanto, é indiscutível que de forma geral, essas inovações possibilitaram o crescimento da produção de alguns cereais, mas por outro lado, agravaram as desigualdades que já existiam entre regiões e entre classes, ou seja, as desigualdades territoriais e sociais, que são muito mais evidentes nos países subdesenvolvidos.

De maneira geral, a incorporação das novas variedades de sementes melhoradas, acompanhadas pela mecanização do processo produtivo de forma prematura e indiscriminada trouxe benefícios econômicos para alguns (médios e grandes produtores, agroindústrias, indústrias produtoras de insumos e máquinas), em detrimento de muitos. No entanto, isso dependerá, em grande medida, das estratégias adotadas para sua execução. Quanto mais seletivas forem as escolhas das medidas para a adequação as necessidades específicas de cada país, mais favoráveis serão os impactos da modernização sobre a economia rural¹².

Associado ao modelo de inovação tecnológica está a idéia de desenvolvimento via modernização agrícola, que se converteu num instrumento privilegiado de divulgação do sistema dominante: industrial e urbano. Tal modelo coloca a agricultura no centro dos problemas rurais e transforma a modernização agrícola em solução a todos os outros problemas. No entanto, o que se observa com facilidade é a defrontação com impasses como a sobreprodução da agricultura (em alguns casos), os vazios populacionais, corolário da industrialização da agricultura. Esses impactos demonstram que o desenvolvimento de um segmento (setorial) não representa necessariamente fator de desenvolvimento global¹³.

No caso brasileiro, o processo de incorporação de tecnologia na produção agrícola, está associado à ideologia da Revolução Verde, somada ao pensamento econômico predominante, a partir da década de 1950, e à compreensão de desenvolvimento que se tinha na época, que serviram para direcionar o processo de modernização da agricultura brasileira e para a constituição do complexo agroindustrial (CAI).

No semi-árido nordestino esse processo se deu de forma bastante seletiva, regionalmente e socialmente, pois atingiu principalmente os vales úmidos dos rios perenes, represados por grandes reservatórios públicos, como é o caso do Vale do São Francisco, especialmente nos estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe, como também no Vale do Jaguaribe, no estado do Ceará, e no Vale do Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte, atingindo os produtores mais capitalizados do Nordeste e de outras regiões do país, além de permitir a alocação de CAI's multinacionais, totalmente inseridas nos padrões da modernização conservadora característicos da Revolução Verde.

¹² MOLINERO, 1990.

¹³ BONNAUD, 2002.

No entanto, uma vasta área do espaço semi-árido, como também um expressivo número de produtores, aí incluindo praticamente todo o universo da agricultura camponesa, permaneceu e permanece até hoje à margem desse processo.

No Rio Grande do Norte, especialmente na região do Seridó, cerne do espaço semi-árido nordestino, a modernização da agricultura não apresenta tanta notoriedade, até porque este espaço, sempre foi marcado pela atividade criatória, extensiva ou semi-intensiva, constituída principalmente de bovinos, caprinos e ovinos, com raças de animais predominantemente rústicas e resistentes ao clima semiárido.

O setor artesanal de laticínios na região do Seridó Potiguar e sua importância na reprodução das famílias camponesas

Diante do exposto, é importante frisar que uma estratégia econômica, mas também social, comumente adotada pelos agricultores do semi-árido potiguar, também relacionada à representação cultural simbólica sertaneja, refere-se à fabricação artesanal de produtos derivados do leite, merecendo destaque os queijos do tipo coalho, de manteiga, a própria manteiga da terra, dentre outros subprodutos. É expressivo o número de unidades artesanais de laticínios na região, as quais se constituem numa importante estratégia de reprodução camponesa. Existe neste espaço mais de 300 unidades artesanais de laticínios, denominadas queijeiras, que empregam diretamente mais de 1.000 trabalhadores (Tabela 1).

Nota-se que os municípios que apresentam maior expressividade no volume de produção gerado, número de queijeiras, bem como no universo de pessoas envolvidas correspondem a: Caicó, Jucurutu, Cruzeta, Jardim de Piranhas e São Fernando, com destaque para o primeiro em todos os aspectos.

Tabela 1. Seridó Potiguar - Distribuição das queijeiras por municípios, produtos fabricados e pessoal ocupado, 2007.

Municípios	Unidades Fabris	Produtos Fabricados Mensalmente					Número de Pessoas Envolvidas
		Queijo de Coalho (Kg)	Queijo de Manteiga (Kg)	Queijo Ricota (Kg)	Manteiga (litros)	Nata (Kg)	
Acari	2	-	4.650	-	-	-	6
Caicó	93	27.918	72.345	406	6.218	6.721	382
Cruzeta	18	2.010	24.110	-	4.044	-	58
Currais Novos	4	48	3.500	-	100	-	9
Florânia	8	150	6.600	-	330	-	49
Ipueira	7	250	11.800	-	3.300	550	41
Jardim de Piranhas	19	8.136	12.800	-	341	1.530	49
Jardim do Seridó	3	-	6.440	-	-	2.000	11
Jucurutu	28	7.837	23.353	-	2.405	-	85
Ouro Branco	7	-	10.800	-	900	95	34
Parelhas	1	-	1.500	-	-	-	2
Santana do Matos	32	4.873	11.100	-	100	-	75
São Fernando	46	4.863	16.430	-	-	-	78
São José do Seridó	12	9.100	4.800	-	2.480	410	48
São João do Sabugi	5	3.550	3.700	100	750	120	50
São Vicente	5	200	6.700	-	20	20	18
Serra Negra do Norte	8	280	18.800	-	920	280	40
Timbaúba dos Batistas	16	4.824	1.900	-	150	450	27
Total	314	74.039	241.328	506	22.058	12.176	1.062

FONTE: ADESE/GTZ, 2007

Os produtos com maior participação quantitativa são: queijo de manteiga, queijo de coalho, manteiga da terra e por último a nata. Isso evidencia a importância da atividade queijeira, e dos produtos gerados, na circunscrição e configuração da cultura regional, ora pela dinâmica socioeconômica que apresenta, ora no que concerne à cultura alimentar

regional. O fenômeno reforça ainda a idéia de que o Seridó Potiguar se constitui num verdadeiro território de unidades artesanais de laticínios para do Nordeste (AZEVEDO, 2005).

Essas unidades artesanais de laticínios da região estão localizadas tanto na zona urbana quanto na rural. (Figura 1)

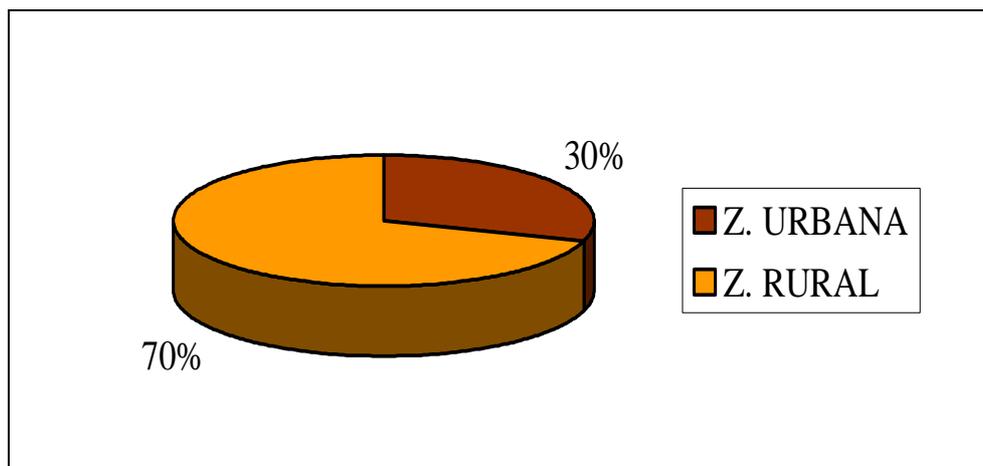


Figura 1. Seridó Potiguar - Localização das Queijeiras, 2002.

FONTE: AZEVEDO, (2005).

Os proprietários dessas unidades de beneficiamento residem tanto nas cidades (40%), quanto na zona rural (60%). Das queijeiras pesquisadas, nenhuma tem reconhecimento jurídico, logo, representam parcialmente o mercado artesanal da economia leiteira seridoense. As dificuldades no setor são marcantes, bem como as deficiências e o uso rudimentar de técnicas. Das 60 unidades visitadas, apenas duas foram criadas há menos de um ano, a maioria funciona há mais de 10 anos e uma foi fundada ainda no século XIX, no ano de 1878, portanto, há 124 anos três gerações vêm desenvolvendo o negócio e sendo administrada pelos descendentes do primeiro dono, utilizando um sistema de produção bastante rudimentar.

De acordo com os pesquisados, o tempo de permanência na atividade varia de 3 meses a 41 anos. A maioria (60%) fabrica queijo há mais de 10 anos. Muitos, antes de serem queijeiros exerciam outras profissões como: agricultor, agropecuarista, atravessador de derivados do leite, gerente de fazenda, marchante, motorista, técnico em edificações, tratorista, caminhoneiro, comerciante, doceiro, galeiteiro, mangaeiro, mototaxista, pedreiro, trabalhador alugado e vigilante – destacando-se as duas

primeiras profissões. A maior parte dos pesquisados (70%) desenvolve atualmente outra atividade concomitantemente, sendo que 30 dos entrevistados declararam dedicar-se também a agropecuária e seis deles atuam como atravessadores no setor de laticínio. Ainda aparecem ocupações como agricultor, ceramista, funcionário público, gerente de fazenda, mangaeiro e marchante.

Quando questionados sobre a atividade de maior relevância econômica, 40% declararam a queijeira, 15% a agropecuária, 10% o comércio de derivados do leite, os demais apontaram atividades como a avicultura, o emprego público e a cerâmica.

Quanto ao tipo de queijo fabricado, 28% produzem o queijo tipo coalho, a maior parte, 69% das queijeiras, fabricam queijo de manteiga e 4% tem produção mista, queijo de manteiga e de coalho. A quantidade produzida apresentou variação entre as unidades pesquisadas (Figura 2).

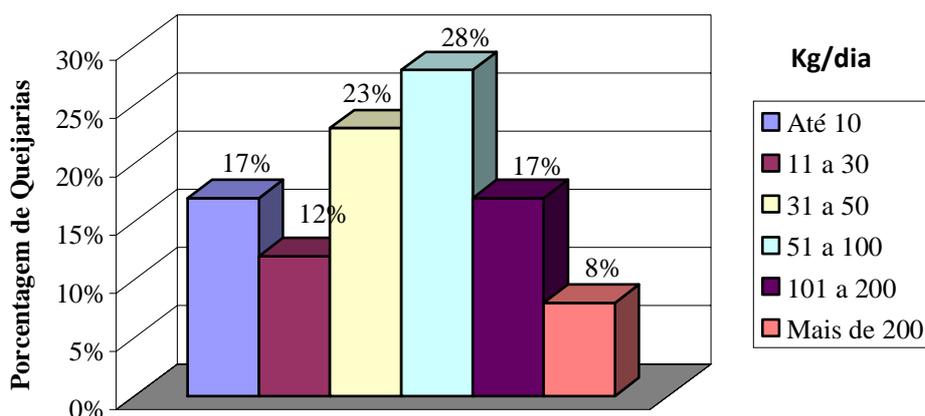


Figura 2 - Seridó Potiguar - Quantidade de queijo produzida por queijeira, 2002. FONTE: AZEVEDO (2005)

Depreende-se que a menor parte das queijeiras (8%) pertence ao grupo de maior produção, com mais de 200 kg/dia. O maior número (28%) produz de 51 a 100 kg/dia. O grupo de menor produtividade - até 10 kg/dia - aglutina 17% das unidades pesquisadas, entre essas, verificou-se uma produção mínima de 1 kg/dia do queijo tipo coalho, comprovando-se a exigüidade de renda de algumas unidades queijeiras familiares.

A quantidade de leite beneficiada por unidade, variou de 10 a 3.500 litros diariamente, sendo necessários aproximadamente 10 litros para a

fabricação de 1 kg de queijo do tipo coalho e 12 litros para 1 kg de queijo de manteiga.

De acordo com os dados da pesquisa, a quantidade de leite beneficiada pelas queijeiras, cooperativas e laticínios particulares, somam aproximadamente 127 toneladas diariamente. (Figura 3)

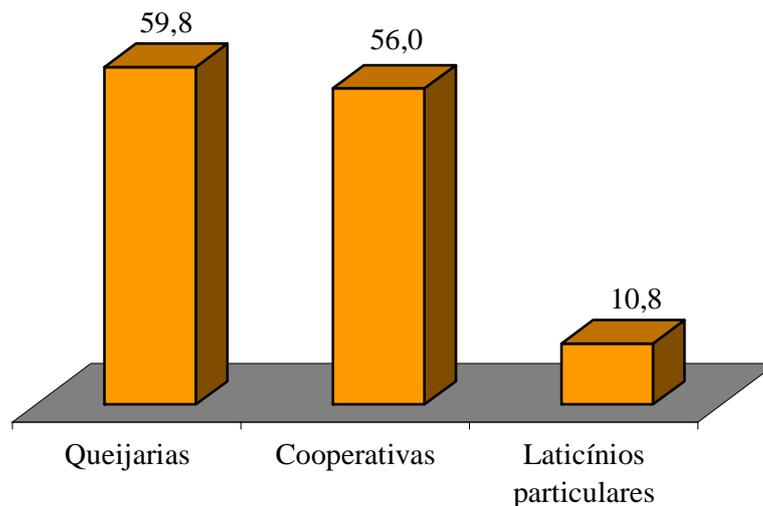


Figura 3. Seridó Potiguar - Quantidade de leite beneficiada por setor (ton/dia), 2002. FONTE: AZEVEDO, (2005).

O total de leite beneficiado pelas queijeiras pesquisadas somou 59,8 ton./dia, sendo 5 toneladas, produção própria, e 54,8 ton. adquiridas de terceiros. Logo, o volume do leite beneficiado pelos queijeiros, ultrapassou as cooperativas, como também as indústrias de laticínios particulares.

A quantidade beneficiada pelo setor industrial formal, o qual é representado pelas cooperativas e laticínios particulares, superou em 7 toneladas/dia o setor artesanal, representado pelas queijeiras. O setor industrial beneficia a matéria-prima, gerando principalmente o leite tipo C, vendido preponderantemente para o Programa do Leite do governo.

O setor artesanal transforma toda a matéria-prima em subprodutos como queijo de manteiga, de coalho e manteiga do sertão, vendendo preferencialmente para atravessadores. Nesse seguimento, não se utiliza qualquer método de controle de qualidade, exceto o termolactodécímetro, usado em 21 unidades pesquisadas, o qual detecta somente a temperatura do leite, embora alguns queijeiros acreditem fazer um controle de

qualidade com o mesmo. A maioria declarou confiança nos fornecedores da matéria-prima, apontando inclusive laços familiares e de amizade, como também relações de compadrio entre eles.

O uso da desnatadeira foi observado em todas as unidades visitadas, das quais 70% utilizam a desnatadeira elétrica e 30% a manual. Algumas queijeiras possuem mais de um equipamento do gênero, observando-se a preocupação em possuir uma manual para dar suporte no momento em que falta a energia. O tempo gasto para desnatar o leite variou de 30 minutos a três horas.

Das queijeiras pesquisadas, 65% fabricam manteiga. Para algumas, o produto é apenas suficiente para suprir a necessidade de fabricação dos queijos, outras destinam também ao mercado. Quanto à quantidade vendida, a variação entre as queijeiras foi de 2 a 250 garrafas de 500 ml.

O leite transformado pelas queijeiras pesquisadas é originário de todos os municípios do Seridó, e alguns da Paraíba, como São Mamede, São José de Espinharas, Catolé do Rocha e Brejo do Cruz.

O número de fornecedores por queijeira variou de 1 a 35, dos quais fazem parte, parentes, patrões, compadres, amigos e vizinhos. A distância máxima percorrida para coleta do leite atingiu 80 km; em alguns casos o produtor entrega na própria queijeira.

O tempo despendido na coleta variou de 30 minutos a 7 horas, dependendo da distância entre a queijeira e o produtor. É comum no Seridó, a entrega do leite às margens das rodovias e estradas, onde, muitas vezes, deixa-se o produto no local sem que alguém o acompanhe até o momento da coleta.

O preço pago pelas queijeiras aos produtores apresentou-se bastante variável, sendo mais elevado na estiagem e baixo no período chuvoso. Durante a pesquisa, as queijeiras adquiriam o leite por preços que variaram de R\$ 0,25 a R\$ 0,37 centavos. Atualmente (2008), o preço do leite, pago pelos queijeiros, aproxima-se de R\$ 0,55 centavos.

O prazo de pagamento das queijeiras ao produtor é semanal, válido para todo o universo estudado. Entretanto, alguns proprietários de queijeiras enfrentam dificuldades no cumprimento do prazo, a despeito de todos os problemas de comércio, envolvendo estabelecimentos comerciais e atravessadores, afetam diretamente a queijeira e conseqüentemente o produtor leiteiro.

Do universo pesquisado, 77% empregam mão-de-obra extra-familiar, variando de 1 a 8 empregados permanentes. A remuneração por função variou de: R\$ 20,00 a R\$ 60,00 reais semanais para o ajudante, e R\$ 45,00 a R\$ 180,00 reais para o queijeiro.

A maior parte dos queijeiros declarou ter adquirido a prática de fazer queijos com antecedentes, familiares avô(ó), pai, mãe, tio, e também irmão(ã), esposo(a), primo, sogro(a), cunhado, vizinho ou amigo. Trata-se do tradicional “saber fazer camponês”, transmitido de geração em geração, que permite a alguns membros da família camponesa a reprodução da atividade econômica anteriormente desenvolvida por seus antepassados.

Quanto ao trabalho familiar, 98% das queijeiras empregam de 1 a 6 pessoas, compreendendo crianças, jovens e adultos. O trabalho infantil foi observado durante a coleta do leite, a qual é feita em alguns casos por crianças e jovens, inabilitados para conduzirem veículos automotores. É muito comum a utilização da força motriz animal no transporte do leite. Algumas queijeiras vendem nas feiras livres, lanchonetes, bares, açougues, supermercados, panificadoras, lojas de conveniências, entregas a domicílios e estabelecimentos comerciais especializados, espalhados na região e na capital do Estado.

Entre as unidades estudadas, observou-se variações díspares nos preços de um mesmo produto. (Tabela 2)

Tabela 2. Seridó Potiguar - Valores dos derivados do leite na queijeira, 2002

Derivados do leite	Varição: Valor em real
Queijo de manteiga (Kg)	2,50 a 5,00
Queijo de coalho (Kg)	2,50 a 5,00
Manteiga do sertão (500 ml)	1,50 a 3,00
Nata (Kg)	1,50 a 3,00

FONTE: AZEVEDO, (2005).

Atualmente, o preço do Kg de queijo de manteiga ou até mesmo do queijo de coalho pago ao queijeiro, varia de R\$ 5,00 a R\$ 8,00, a manteiga e nata varia de R\$ 2,00 a R\$ 4,00.

Em geral, os preços apresentaram grandes variações, sendo mais comuns aproximações dos valores mínimos supracitados. No período do ano em que há maior produção, a política de preços dos derivados é bastante

instável chegando a cair cerca de 50% do valor mínimo acima referido, queda essa que normalmente generaliza-se em todo o setor.

Das queijeiras pesquisadas, 53% vendem nata no retalho, isto é, no varejo, como também aos atravessadores e estabelecimentos comerciais. A variação na quantidade vendida foi de 1 a 700 kg/semanais por unidade.

Quando questionados sobre as sugestões recebidas no sentido de melhorar e aprimorar os produtos e as técnicas de produção, 40% confirmaram reclamações e sugestões por parte dos atravessadores e demais clientes, buscando-se atendê-las na medida do possível. Porém, não se verifica medidas efetivas e amplas nesse sentido.

A conservação de produtos em freezer e/ou geladeira é praticada por 33% das unidades visitadas.

Em termos de devolução, 63% das queijeiras confirmaram o retorno de produtos devolvidos, principalmente do queijo de manteiga, variedade mais propensa a perecibilidade, que por sinal é mais propensa a receber mistura de outros ingredientes. Quando em bom estado de conservação, o mesmo é reaproveitado, sendo dissolvido na coalhada no momento do cozimento. Tal mecanismo de dissolução do queijo devolvido requer a lavagem e raspagem da superfície do queijo, o qual depois é fatiado e misturado à outra porção em processo de fabricação. Observou-se casos em que toda a produção que passou por mistura de queijos devolvidos comprometeu seu rendimento e sua qualidade final. Quando em estado elevado de deterioração, os produtos são destinados para alimentação dos animais suínos e ovinos ou são descartados. O ônus desse desperdício normalmente é arcado pelas queijeiras.

Quanto às misturas ou fraudes na produção, 10% afirmaram usar ingredientes visando a aumentar o rendimento do queijo de manteiga. Vale salientar que o tipo coalho não permite tal procedimento. Os ingredientes mais comuns foram a farinha de trigo e araruta (fécula), em vez da coalhada; óleo de soja e margarina, em vez da manteiga fundida. Segundo os pesquisados, a medida é tomada como tentativa de acompanhar o “mercado desmantelado” que se consolidou, mas percebe-se que uma desorganização ainda maior se estabelece com essa prática. Esse é um dos principais problemas enfrentados pelo setor artesanal de laticínios, pois tal procedimento, leva a uma diminuição da qualidade dos produtos regionais seridoenses.

Dentre as dificuldades e problemas apontados pelos entrevistados, destacam-se: a fragilidade e vulnerabilidade do mercado, uma vez que é marcante a instabilidade dos preços em determinados períodos do ano; a inadimplência e o atraso no pagamento, face à necessidade de pagar semanalmente aos fornecedores de leite; as condições precárias de tráfego nas estradas vicinais, implicando em elevada onerosidade no transporte; o prejuízo obtido quando a produção é devolvida; a escassez de matéria-prima nas longas estiagens; falta de capital para se manter e para melhorar a infra-estrutura e sanitização; falta de saneamento básico e água encanada; falta d'água na zona rural; baixa qualificação da mão-de-obra; fraudes (misturas) na produção.

Outra dificuldade apontada se refere à ausência de uma política pública adequada e bem direcionada para o setor, condizente com a realidade local dos seus agentes, na sua maioria descapitalizados.

Quando questionados sobre a concorrência com as cooperativas e laticínios particulares, a maioria deles não observam grande interferência desses segmentos, mostrando-se inclusive privilegiados com relação à qualidade dos seus produtos, bem como com a tradição de mercado e preços competitivos de que dispõem.

Mesmo em meio a tantas dificuldades e problemas, 90% dos pesquisados confirmaram o desejo de continuar na atividade, pois consideram não ter outra opção, a não ser voltar a ser empregado. Ou seja, aí verifica-se o temor dos camponeses em proletarizar-se.

Os proprietários de queijeiras enfatizaram, ainda, que a criação de suínos, integrada a primeira, contribui com a manutenção dessa atividade, servindo como estratégia para melhoria da renda e principalmente como reserva de valor, pois nos momentos de crises os animais são vendidos com o intuito de superá-las. Sobre a questão, 90% declararam a criação desses animais, com variações no tamanho do rebanho. Este, variou de duas a quatrocentas cabeças, verificando-se que 39% das queijeiras criam até 20 animais, 28% de 21 a 50 animais, 20% de 51 a 100 animais e apenas 13% se enquadram no extrato que cria mais de 100 animais. Estima-se que o efetivo total de suínos criados nas unidades pesquisadas é de aproximadamente 5.000 cabeças.

A principal fonte alimentícia utilizada na criação de suínos é o soro extraído da fabricação dos queijos. Todas as unidades visitadas usam predominantemente o soro como alimento principal. A esse produto,

normalmente, são adicionados farelos de trigo, milho, soja, como também o milho em grão. Às vezes ainda é utilizada ração à base de capim e ervas daninhas, como também resto alimentar humano, “ou lavagem”, própria e/ou de vizinhos, prática bastante comum no Seridó Potiguar. Isso confirma os vínculos sociais e os laços de solidariedade marcantes nesta região e na agricultura camponesa.

Quando sobra da alimentação suína, o soro também serve como fonte alimentar para os bezerros, matrizes e ovinos. Raramente o soro excedente é jogado fora, pois os fornecedores de leite também procuram o mesmo, objetivando alimentar seus rebanhos.

Quanto ao destino da produção de derivados do leite e outros produtos ligados à pecuária, no setor artesanal, predomina a presença do atravessador, que normalmente tira a maior vantagem, quando relacionado à queijeira e ao produtor rural, os quais estão no início da cadeia produtiva. Do total, 73% das unidades pesquisadas vendem derivados do leite para esses agentes. Verificou-se casos em que os subprodutos são destinados para 18 atravessadores.

Estima-se que aproximadamente 50 agentes intermediários comercializam produtos do Seridó em vários Estados do Nordeste e até do país. Os mesmos são do próprio estado, como também da Paraíba, Pernambuco e Ceará. Alguns são parentes (pai, filho, cunhado ou genro) dos donos das maiores queijeiras, pois, conforme constatou-se, onde há maior capitalização, a família desenvolve desde a produção do leite no campo, passando pelo beneficiamento na queijeira, comércio intermediário e comercialização ao consumidor final, empregando vários dos seus membros. Mais uma vez verifica-se aí as redes sociais tecidas no interior dessa atividade.

Com relação ao agente intermediário, verificou-se que 100% do universo pesquisado trabalha na informalidade. No que se refere ao tempo desenvolvendo essa atividade, a variação foi de 3 a 37 anos. O atravessador mais antigo (37 anos), sempre destinou seus produtos para o mercado do Recife.

Antes de serem atravessadores, outras atividades eram desenvolvidas pelos mesmos, como: agropecuarista, comerciantes de alimentos, de móveis, de redes de dormir, funcionário público, dono de queijeira, açougueiro, fretista, comerciário e industriário no sudeste do país. A mudança justifica-se tendo em vista as dificuldades financeiras enfrentadas

quando da permanência somente nessas atividades. Quanto aos proprietários de queijeiras, desempenharem também o papel de atravessador, isso corresponde a uma estratégia de melhoria de renda.

Os atravessadores mais capitalizados também contratam motoristas, e em alguns casos, promotoras de venda para atuarem nos supermercados das capitais. A remuneração paga varia de R\$ 15,00 a 30,00 reais semanais para ajudantes e de R\$ 50,00 a 100,00 reais para motoristas e promotoras de venda (AZEVEDO, 2005).

Com relação à quantidade e produtos comercializados, verifica-se um grande volume e diversidade (Tabela 3).

Tabela 3. Seridó Potiguar - Produtos comercializados pelos atravessadores, 2002

PRODUTOS	VARIAÇÃO DA QUANTIDADE COMERCIALIZADA	QUANTIDADE TOTAL PESQUISADA	PROCEDÊNCIA
Queijo de coalho	De 30 a 2.300 Kg	12.634 kg/sem.	Das unidades de beneficiamento localizadas no Seridó Potiguar, exceto nos municípios de Equador e Santana do Seridó.
Queijo de manteiga	De 60 a 4.000 kg	18.655 kg/sem.	
Manteiga fundida	De 20 a 250 garrafas	1.926 garrafas	
Nata	De 15 a 700 kg	1.580 kg/sem.	
Doce de leite	40 frascos (500 gr)	20 kg/sem.	
Carne de sol	De 80 a 400 kg	1.500 kg/sem.	
Carne suína	De 100 a 200 kg	800 kg/sem.	
Carne ovino/caprino	De 60 a 400 kg	960 kg/sem.	
Linguiça suína	De 50 a 300 kg	705 kg/sem.	
Peixe	1.000 kg	1.000 kg/sem.	Açú, Cruzeta e Caicó

FONTE: AZEVEDO (2005).

Observa-se uma diversidade de produtos sertanejos seridoenses que são comercializados pelos agentes intermediários, sendo que o número de fornecedores desses produtos varia entre 5 a 45 por comerciante. Quanto maior o número de queijeiras por atravessador, menor o porte destas, característica da atividade camponesa que normalmente não produz grandes quantidades.

Entre os pesquisados, há uma variação díspar no volume de produção comercializada. Os de maior quantidade comercializada estão geralmente atrelados às redes de supermercados e hipermercados como o Nordeste e o Bompreço. Os menores têm maior vínculo com feiras livres e pequenos estabelecimentos comerciais especializados no ramo, como também a entrega à domicílio.

Os preços de compra como também de venda das mercadorias analisadas apresentaram variações bastante significativas no comércio realizado pelos atravessadores (Tabela 4).

Verifica-se uma variação de até R\$ 1,50 por kg no queijo tipo coalho. A definição dos preços junto aos fornecedores ocorre com base na lógica de mercado, a partir da lei da oferta e da demanda, bem como a partir de imposições dos estabelecimentos comerciais das capitais. Vale salientar que nos ciclos chuvosos, geralmente meses de março, abril e maio, os preços apresentam-se bastantes instáveis, decrescendo subitamente entre o comerciante de varejo e o atravessador, conseqüentemente entre este último e o queijeiro, porém, para o consumidor final normalmente há estabilidade de preços, pois como bem declara um produtor: *“choveu aqui, eles já estão lá sonhando em baixar os preços”*.

Na definição dos preços junto aos estabelecimentos comerciais e consumidores, calcula-se uma margem de acréscimo de aproximadamente R\$ 0,50 centavos por kg do produto, muitas vezes obedecendo-se às imposições dos comerciantes do varejo. O prazo de pagamento ao produtor é feito geralmente a vista e/ou semanal (8 dias), entretanto, do estabelecimento comercial para o atravessador, pratica-se também 15, 20, 22 e 30 dias, observando-se um alto índice de inadimplência entre esses.

O mercado consumidor natalense é o que mais absorve produtos regionais do Seridó. Estima-se que aproximadamente 70% da produção é consumida em Natal e região metropolitana, enquanto a outra parte, 30%, é consumida em Recife, Fortaleza, João Pessoa, Campina Grande, Brejo paraibano, São Paulo e outros mercados menores como o do Oeste e Agreste Potiguar. Entre esses mercados, há demandas diferenciadas, isto é, diferentes gostos. Em Natal e Fortaleza o tipo de queijo mais procurado é o que apresenta coloração amarelada e com maior consistência, já na Paraíba e Pernambuco a preferência é pelo queijo embranquecido e menos consistente, ou seja, mais mole.

Os municípios seridoenses que mais fornecem subprodutos lácteos artesanais, são: Caicó, Cruzeta, São Fernando, São João do Sabugi e Jardim de Piranhas.

Ao serem questionados sobre a qualidade dos produtos gerados no Seridó Potiguar, os atravessadores declararam boa qualidade e boa apreciação no mercado, porém existem várias deficiências nas condições higiênicas e sanitárias intra-unidade queijeira.

Ao tratar das mudanças necessárias para se chegar a um melhor padrão de qualidade, todos os atravessadores vêem necessidades de aprimoramento para a cadeia produtiva do leite e principalmente para a dinâmica interna das queijeiras, especialmente nos cuidados com a higiene. Portanto, sobressaem as seguintes observações: coibir o uso de ingredientes impróprios, como óleo de soja, margarina, farinha de trigo e araruta na fabricação do queijo de manteiga, melhorar a sanitização e as condições higiênicas nas instalações e equipamentos/utensílios das queijeiras, inovar com equipamentos adequados, modernos e eficientes, fazer acompanhamento técnico-produtivo, melhorar a infra-estrutura, uniformizar, treinar e qualificar tecnicamente o pessoal envolvido. Além desses, citam-se a necessidade de apoio do setor público, objetivando-se atingir tais melhorias, substituição da lenha pelo gás natural e fiscalização a rigor para que a atividade se desenvolva.

Quanto à fiscalização, 90% dos entrevistados destacaram a ausência de controle fiscal e sanitário, deficiência que em muito tem contribuído para a desorganização e desmantelamento do setor. Os 10% restantes declararam a incidência de fiscalização pela COVISA, uma ou duas vezes por ano. Quando isso ocorre, são coletadas amostras de produtos para análise em laboratório. Os resultados apresentados normalmente detectam problemas de deficiência higiênica e sanitária que envolve todo o processo produtivo.

Conforme afirmação anterior, a devolução de produtos ocorre freqüentemente com todos os atravessadores pesquisados, por esse motivo, exige-se a identificação dos produtos através de uma marca (ferro) que objetiva indicar o proprietário da queijeira que deverá arcar com estes custos.

Quando questionados sobre a influência das cooperativas, 50% enfatizaram não sofrerem nenhuma interferência, alegando que os produtos das mesmas não têm a mesma tradição e aceitação no mercado

consumidor. Para 30%, a cooperativa beneficia a região, pois absorve um grande volume de leite, o qual deixa de ser transformado em queijos, amenizando assim o problema da superprodução de leite e derivados. Os demais consideram que a cooperativa é um grande concorrente, pois, dispõe de produtos de melhor qualidade.

Com relação aos principais problemas e dificuldades enfrentadas pelos agentes pesquisados, destacam-se: inadimplência de alguns clientes, atrasos nos pagamentos (clientes e fornecedores), baixa qualidade dos produtos, desequilíbrio na relação demanda-oferta, conseqüente instabilidade nos preços, lucros baixos face às despesas elevadas, concorrência acirrada com produtos mais baratos advindos de outros Estados brasileiros como Goiás, Tocantins e Maranhão, pouco ou nenhum incentivo do setor público, baixo poder aquisitivo da população, descapitalização e falta de capital de giro e ausência da fiscalização.

Apesar dos problemas e dificuldades existentes, 90% dos atravessadores, pretendem continuar desenvolvendo esse negócio, associando-o a outras atividades, como forma de incrementar a renda. As estratégias mais comuns adotadas no sentido de superar as dificuldades, se referem à a segunda ocupação - desenvolvida pela maioria dos atravessadores - à diversificação de produtos comercializáveis e à sonegação de tributos. Os comerciantes mais capitalizados dispõem de depósito em Natal, onde são feitas melhorias na aparência do produto, processo no qual o queijo é limpo, embalado e identificado para melhorar a aceitação no mercado.

Os queijeiros e atravessadores afirmam que as perspectivas de futuro para a atividade não são das melhores, pois a mesma se encontra fortemente dependente do setor público, que age mais efetivamente no sentido de legitimar e viabilizar a reprodução do capital no setor industrial formal. Observa-se também que a expansão industrial no setor tem se consolidado, competindo com o artesanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se que a atividade queijeira desenvolvida secularmente na região do Seridó Potiguar, associada à atividade criatória, se constitui numa importante estratégia de reprodução camponesa, fazendo parte, inclusive, da representação simbólica e cultural sertaneja.

A partir da teia de relações e vínculos sociais que atividade engendra, pode-se

afirmar que o Seridó se apresenta como um verdadeiro território de unidades artesanais de laticínios, ora denominadas queijeiras. O setor apresenta maior representatividade, inclusive, que o setor industrial formal, fortemente dependente do setor público, ora no que se refere aos recursos de empréstimos e financiamentos, ora no que concerne à demanda pela produção gerada, destinada especialmente ao Programa do Leite.

Entretanto, percebe-se que o setor queijeiro, associado à pecuária, permaneceu à margem do processo de modernização em curso na agropecuária brasileira desde os anos 1960, além de ser notória a subordinação das unidades artesanais de laticínios desta região perante a lógica de reprodução ampliada do capital. Talvez, isso de certa forma contribua para a permanência da atividade, bem como para a reprodução social dos que a integram, o que não significa dizer que contribuirá para a reprodução futura da mesma, tendo em vista as exigências do mercado altamente competitivo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco F. de. Seridó Potiguar: dinâmica socioespacial e organização do espaço agrário regional. Uberlândia: Composer, 2005.

_____. O processo de organização agrária do Seridó Potiguar. 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2002.

BONNAUD, Agnès. L'innovation en matière de développement local:element de relecture des rapports villes/campagnes? Junho de 2002. Disponível em: <http://ecorev.org/article.php3?id_article=67>. Acesso em: 01 de setembro de 2003.

DELGADO, Guilherme da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil - 1965-1985. São Paulo: Ícone, 1985.

GARCIA RAMON. M. Dolores et al. Geografía rural. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

MAROTO BORREGO, J. V. Historia de la agronomia: una vision de la evolucion historica de las ciencias y tecnicas agrárias. Madrid: Mundi-Prensa, 1998.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. Encontro com a Civilização Brasileira, nº 22, 1981, p. 199 a 221.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1979.

MOLINERO, Fernando. Los espacios rurales. Agricultura y sociedad em el mundo. Barcelona, Ariel, 1990. 430 p.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia, nº 58, p. 5-64. São Paulo, 1981.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986. p. 43-179.

Contato com os autores: ffazevedo@gmail.com; celso.locatel@gmail.com

Recebido em: 09/01/2009

Aprovado em: 02/06/2009